



Câmara dos Deputados  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC**

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requer a realização de audiência pública destinada a debater a MP 592/12, que define novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo para contratos assinados a partir de 3 de dezembro deste ano, bem como a sua destinação integral à educação.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais – Art. 32, IX, a -- , solicito a realização de audiência pública destinada a debater a MP 592/12, que define novos critérios para a distribuição dos royalties do petróleo para contratos assinados a partir de 3 de dezembro deste ano, bem como a sua destinação integral à educação.

A seleção dos debatedores será efetuada segundo o critério de conhecimento sobre o assunto, assegurada a defesa de pontos de vista divergentes.

**Justificativa**

A destinação dos royalties para educação pública está no centro do debate educacional atual. As novas regras de distribuição dos tributos provenientes da exploração do petróleo devem privilegiar a educação, se quisermos atrelar o progresso econômico por que passa o País à justa distribuição da renda e ao fomento de novas fontes de renda a milhões de brasileiros.

Aplicar esses recursos no ensino público é um passo necessário para afirmar a soberania da Nação, projetando-a para a obtenção definitiva de uma educação de qualidade, atendendo à demanda do presente século e do próximo por um desenvolvimento socioeconômico sustentado.



Câmara dos Deputados  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC**

Recentemente, foi aprovado pela Câmara um importante passo para as mudanças necessárias na educação pública brasileira, que é o PNE (Plano Nacional de Educação), que possui 20 metas norteadoras dessa conquista. Sem os recursos dos royalties do petróleo, o Plano terá sérios riscos de ser apenas mais um belo projeto que não poderá ser colocado em prática por falta de recursos.

A sociedade brasileira já respondeu: 80% dela quer a aplicação dos recursos que serão gerados através da exploração do petróleo na educação pública, por isso, para o bem-estar desta e das futuras gerações de brasileiros é fundamental que 100% dos royalties do petróleo sejam destinados à educação pública brasileira.

Sala das Sessões, 7 de dezembro de 2012.

Deputado Newton Lima

(PT-SP)